Estabelece o procedimento, o processamento e a forma de análise dos dados obtidos mediante decisão judicial de quebra de sigilo bancário, por meio da utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) pela Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI), e dá outras providências.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público Federal, objetivando a agilizar a análise de dados obtidos por meio de quebra de sigilo bancário, mediante a utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA);

CONSIDERANDO que, dentre outras funções, cabe à Coordenadoria de Segurança e Inteligência, atendendo à solicitação de apoio técnico dos membros do Ministério Público, receber e elaborar relatórios sobre dados obtidos por meio de quebra de sigilo bancário;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer-se procedimento único e uniforme para as solicitações de uso do SIMBA e, ainda, a necessidade de se observarem as regras de segurança dos dados inseridos e processados pelo referido sistema; e

CONSIDERANDO, por fim, o que consta nos autos do procedimento MPRJ 2010.00005575 e respectivos apensos,

R E S O L V E

Art. 1º – A inserção dos dados no Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA), o recebimento das informações das instituições financeiras, a análise dos dados e o encaminhamento dos relatórios aos órgãos de execução serão realizados pela Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI).

Art. 2º – Os pedidos para a utilização do SIMBA (prestação de apoio técnico para processamento e análise dos dados obtidos por meio de decisão judicial de quebra de sigilo bancário) devem ser feitos exclusivamente por membros do Ministério Público, por meio eletrônico, mediante formulários adequados disponíveis na área restrita do sítio eletrônico do Ministério Público.

Art. 3º – O procedimento para utilização do SIMBA será detalhado por meio de Portaria CSI.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2011.

Cláudio Soares Lopes
Procurador-Geral de Justiça